



## DE POLÍTICAS IDENTITÁRIAS PARA POLÍTICAS PÓS IDENTITÁRIAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DISSIDENTES DA HETEROSSEXUALIDADE

SILVA, Anna Paula Oliveira

*Estudante de doutorado do Programa de Psicologia/UNESP  
annapos@gmail.com*

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva

*Professor do Programa de Psicologia/UNESP  
fsteixeirafilho@gmail.com*

429

### RESUMO

Este estudo teórico tem por finalidade apresentar uma breve contribuição do feminismo, do movimento homossexual e Queer para os dissidentes da heterossexualidade. Para isso será necessário resgatar brevemente um pouco das discussões sobre a primeira onda do feminismo (sufragismo), segunda onda (final dos anos 60) e terceira onda. Serão destacados também neste artigo o movimento homossexual e por último a teoria Queer. Não deixando de resgatar as pioneiras importantes para a teoria Queer como Gayle Rubin (1989), Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1992).

**Palavras-chave:** Feminismo; Movimento Homossexual; Movimento Queer.

### ABSTRACT

This study aims to present a brief contribution of feminism, the homosexual movement for dissidents and Queer heterosexuality. I will cover briefly rediscover some of the discussions on the first wave of feminism (suffragism), second wave (late 60s) and third wave. Also featured in this article are the homosexual movement and lastly the Queer theory. Leaving to rescue important to Queer theory pioneers as Gayle Rubin (1989), Adrienne Rich (2010) and Monique Wittig (1992).

**Key-words:** Feminism, Gay Movement; Queer Movement.

### Introdução

Este estudo tem por finalidade apresentar algumas contribuições do feminismo, do movimento homossexual e da teoria Queer para os dissidentes da heterossexualidade. As discussões sobre o sistema sexo/gênero na visão de Gayle Rubin (1989) Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1992) também serão contempladas nesse estudo.

O trabalho inicia-se a partir da primeira onda do feminismo (sufragismo). Em seguida, serão abordadas a segunda onda (final dos anos 60) e terceira onda do feminismo. Posteriormente, a discussão seguirá para o movimento homossexual, onde será explicado a origem do movimento e como ele se desenvolveu no Brasil. Ao final, será apresentado o



movimento Queer que abrange não só gays e lésbicas, mas outras figuras identitárias construídas no espaço marginal.

- **Políticas identitárias**

### **1.1 Feminismo**

A História do Movimento Feminista é dividida em momentos. O primeiro ficou conhecido como a primeira “onda” e se deu com o sufrágismo. O contexto político da época foi caracterizado por movimentos sociais, políticos e econômicos que objetivavam voto a todos os homens (e não mais censitário), a organização familiar e a oportunidade de estudo.

No século XIX, a classe operária lutava por melhores condições de trabalho, o que envolvia o aumento do salário, a redução da jornada, o repouso semanal e as melhorias das condições de higiene. Reivindicavam também pelos direitos à cidadania. Ou seja, o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos do Parlamento, posto que, como estes não eram remunerados, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los (ALVES; PITANGUY, 2007).

No Brasil, Getúlio Vargas, ao assumir o governo, se mostrou favorável ao sufrágio feminino. No ano de 1931, Getúlio Vargas outorgou o voto a mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, sendo que as casadas só podiam fazê-lo com a autorização do marido. As feministas persistiram em manifestações, buscando a igualdade de voto entre homens e mulheres. E em 1932 o presidente determinou que poderiam votar pessoas maiores de 21 anos, ou seja, deixava de existir, no contexto da participação política, a distinção entre os sexos.

O sufrágio feminino surgiu para denunciar “*a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destruídos de renda.*” (ALVES; PITANGUY, 2007, 44). Tinha como objetivos o direito ao voto, a organização da família, a chance de estudos e o acesso a determinadas profissões. Esses eram os interesses das mulheres brancas e de classe média. Quando essas alcançaram esses objetivos, se acomodaram (LOURO, 2012, p.19).

O Movimento Feminista, segundo Alves e Pitanguy (2007):

(...) ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, rompendo o seu silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais, se organizam em



torno de sua especificidade e se completam na busca de superação das desigualdades sociais. (p.7).

Ele vai se estabelecendo “*a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação*”. (ALVES; PITANGUY, 2007, p.74).

No final da década de 1960, surge a segunda onda do feminismo. Além de se preocupar com demandas sociais e políticas, ela se voltou também para construções teóricas que problematizavam as questões de gênero.

A expressão das feministas foi além das marchas e protestos públicos. Elas passaram a se declarar nos livros, revistas e jornais e posteriormente ocuparam espaços acadêmicos, surgindo os estudos das Mulheres. Com isso, tornou-se visível mulheres que antes eram silenciadas, segregadas e submissas aos homens.

Nesse contexto, vários estudos sobre as mulheres surgiram. E neles discutiram-se as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a princípio conectados às características biológicas e vinculados ao patriarcado. Esse debate constituiu o conceito de gênero (LOURO, 1997).

Cabe assinalar que foi nesse momento que feministas de destaque como Simone de Beauvoir surgiram e contribuíram com o Movimento. A obra de Beauvoir intitulada “*O segundo sexo*” foi o estudo mais completo sobre a condição feminina da época. Nele, delatavam-se as raízes culturais das desigualdades sexuais, onde as mulheres ficavam em segundo plano e o homem era o detentor do poder e o criador da cultura. Ou seja, apesar de se viver em uma época distante das civilizações antigas, nas quais as mulheres ocupavam um lugar secundário em relação aos homens, eram *valiosas peças de propriedade* (SPENCER, 1999, p.31) e a finalidade do casamento *era a procriação, não o amor ou a companhia* (SPENCER, 1999, p.31), nada ou pouco mudou.

A submissão das mulheres aos homens vem de sociedades antigas e foram estas que influenciaram o pensamento ocidental. Na Grécia, por exemplo, as mulheres se dividiam em prostitutas, cortesãs, esposas e mães. Algumas eram prisioneiras de seus lares. Tinham como obrigação ter filhos e cuidar da casa, dos filhos e dos maridos. Na cultura Hebraica, o casamento era uma obrigação religiosa e o sexo dentro do casamento era bem visto. A mulher era propriedade do marido. Em Roma, as mulheres podiam ser educadas e cuidavam da casa, mas eram proibidas de participar das assembleias legislativas e judiciárias (SPENCER, 1999;



SAÉZ; CARRASCOSA, 2011). Com o advento do Cristianismo, as mulheres foram mantidas no lugar de passividade e submissão ao marido. Existia nessa época, embora ainda hoje em intensidade menor ainda persista, a glorificação à virgindade e as relações sexuais só eram permitidas no casamento.

De modo questionador o pensamento filosófico de Simone de Beauvoir, nos alertava que *“em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito.”* (ALVES; PITANGUY, 2007, p.52). Simone de Beauvoir conclui o livro informando que a mulher *“precisa ser ratificada pelo homem a todo momento, o homem é o essencial e a mulher está sempre em relação de assimetria com ele.”* (GARCIA, 2011, p.81).

Em outro estudo, Simone de Beauvoir inicia seu texto com a seguinte frase: *“Não se nasce mulher, torna-se.”* De acordo com Garcia (2011), o feminismo se apoiou nessa frase para construir a teoria de gênero.

Já a terceira onda será reconhecida como o *“feminismo da diferença”*. Esse momento é assinalado pelo posicionamento de feministas negras que:

(...) instauraram no interior do movimento feminista uma necessidade de ampliação das análises da opressão feminina para outros termos que não o patriarcado. Do mesmo modo, as feministas lésbicas, inicialmente excluídas do movimento por serem acusadas de reproduzir o patriarcado nas suas versões ‘imitativas das identificações butch/fêmea’ e não se preocuparem com a ‘maternidade’, produziram críticas ao reducionismo do feminismo como sendo estudo de mulheres (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p.56).

Assim, surgiu nessa ocasião a sugestão de se desnaturalizar os essencialíssimos com bases biológicas que colocavam a mulher num lugar de passividade e opressão.

Teixeira-Filho (2013) ressalta que essas discussões em torno dos direitos das mulheres não diferem de outras injustiças sociais, como as violências contra crianças, racismos ou agressões contra homossexuais, travestis e índios. Neste sentido,

... os negros precisaram provar que eram humanos para deixarem de ser objetos... as mulheres, para cessarem a sua submissão aos homens, precisaram afirmar que, como os homens, elas também tinham o direito de fazer o que eles faziam; como eles, também poderiam desejar vir a ser o que quisessem... (p.18).



Podemos observar que muitas conquistas foram obtidas pelas mulheres, mas questionamentos relevantes sobre o tema persistem, a saber: “*Não posso estudar só porque sou mulher?*”; “*Por que, como mulher, não posso andar na rua à noite sozinha sem sentir medo de vir a ser estuprada?*”; “*Mas o que é ser mulher?*”; e “*O que é um homem?*” (TEIXEIRA-FILHO, 2013, P.19). O racismo, a homofobia, o sexismo e a misoginia insistem em permanecer e destruir sonhos, expectativas e planos.

Para Garcia (2011), o feminismo da diferença requer a igualdade entre as mulheres e homens, o que é diferente da igualdade com os homens, pois o último significa aceitar o padrão masculino.

Segundo Miskolci (2012), a diferença está atrelada ao conceito de reconhecimento como transformação social, das relações de poder e do lugar que a pessoa ocupa nelas. Quando uma pessoa se envolve com o diferente, ela se transforma. E o resultado disso seria a implicação com a criação desse outro. E quanto mais envolvimento nesse processo, mais aprendemos a reconhecê-lo como parte de nós mesmos e passamos a aprender e a dialogar, o que passa a nos transformar.

O feminismo contribuiu muito para os dissidentes da heteronormatividade e muitas vezes ele cruza com o outro movimento importante para a visibilidade e reconhecimento desse grupo: o movimento homossexual.

## **Movimento homossexual**

Stonewall foi um bar em Nova York frequentado por dissidentes da heterossexualidade. As pessoas que ali frequentavam estavam a todo o momento sendo perseguidas pela polícia. E um dia essas pessoas decidiram não aceitar a estigmatização, rechaço e perseguição por parte dos policiais nova-iorquinos e os enfrentaram. Esse enfrentamento gerou a rebelião de Stonewall.

A rebelião eclodiu na noite de 27 para 28 junho, de 1969. Esse evento foi o marco para o nascimento do movimento político em defesa dos direitos dos LGBTTT (Lésbica, Gay, Bissexual, travestis, transexuais e transgênero). Os dias dessa rebelião reuniu um grande número de pessoas LGBTTT que combateram a perseguição policial (TREVISAN, 2004).

Tanto Sedgwick (2007) como Ribeiro (2011) relataram que a rebelião gerou posteriormente um desenvolvimento de pensamentos sobre sexualidade e gênero “*pautado pelos meios de comunicação de massa, muitas vezes, reverberando ações dos movimentos sociais ou divulgando resultados de pesquisas acadêmicas que têm procurado tratar o tema* DE POLÍTICAS IDENTITÁRIAS PARA POLÍTICAS PÓS IDENTITÁRIAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DISSIDENTES DA HETEROSSEXUALIDADE. SILVA, Anna Paula Oliveira, TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva



para além das abordagens biologizantes e psicanalizadas.” (RIBEIRO, 2011, p.154). Contudo, o movimento apresentou escassas facilidades analíticas para a definição homo/heterossexual previamente ao momento de saída individual (SEDGWICK, 2007).

No Brasil, o movimento homossexual começava a se articular na época. E nos anos de 1974 e 1975 o país atravessou um momento de grande intensificação na política que acabou resultando em mobilizações sociais enérgicas para conquistar suas lutas (SANTOS 2012). Muitos movimentos aproveitam o momento para se revelarem. Para os dissidentes da heterossexualidade que lutavam anteriormente sem ambições políticas, houve uma “*militância autônoma, sem vínculos partidários, com palavras de ordem e crítica à esquerda tradicional*” (SANTOS, 2012, p.6). E no ano de 1977, em plena Ditadura Militar, surge o movimento homossexual.

O movimento expunha para a sociedade temática sobre a sexualidade e também explicitava o direito das pessoas dissidentes vivenciarem suas orientações sexuais, ou seja, não seguir o modelo heteronormativo.

Por não aceitar o modelo heteronormativo, o movimento questionava os mecanismos de repressão. Dessa maneira, ele fragilizava a legitimidade dos argumentos que o justificavam como correto. Mas é bom deixar claro que a luta do movimento não se referia somente a pessoas que orientavam seu desejo sexual por sujeitos do mesmo sexo. Pois nesse grupo, os/as travestis, transexuais e os/as bissexuais também eram contemplados (CONDE, 2004). Era um movimento que contestava espaços e direitos. Tinha como elemento formador a identidade, mesmo se tratando de um movimento composto por pessoas bastante diferentes.

Após o ano de 1977, nasceu na cidade do Rio de Janeiro um jornal intitulado Lampião da Esquina. Na sua segunda versão, ele passou a ser denominado somente de Lampião. O jornal era organizado por jornalistas, intelectuais e artistas dissidentes da heterossexualidade (Agnaldo Silva, Clóvis Marques, Darcy Pentead, Jean-Claude Bernadet, João Silvério Trevisan, Peter Fry e outros). Ele versava sobre assuntos tanto do público dissidente da heterossexualidade como também se pronunciava a favor de outros movimentos, como os movimentos negro, feminista, indígena e ecológico. Foi o primeiro trabalho militante altamente especializado (SILVA, s/d).

Lampião apresentava reportagens com diversas personalidades, contos, críticas literárias, de teatro, cinema e outros. Os assuntos destacados eram cartas dos leitores e ações homofóbicas (LIMA, 2001).





O Lâmpião tinha como ideia/propósito criar um jornal que desse ênfase a assuntos que a imprensa alternativa não considerava tão importante. Nesse contexto emerge a pergunta:

Em 1981 o jornal interrompeu suas atividades devido a perseguição política e policial (SILVA, s/d). Mas em 1978 aparece em São Paulo um grupo que trabalhava em defesa dos direitos dos homossexuais que era o grupo Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que depois passou a ser designado de Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS). Esse último abordava em suas discussões a conscientização, visibilidade, ação e direitos. Suas atividades estiveram em voga até 1984.

Na década de 1970, o movimento conseguiu ganhar força e de acordo com Facchini (2003), esses primeiros momentos descritos anteriormente sobre o movimento homossexual foi concluído na primeira metade dos anos de 1980. Posteriormente a essa década ocorreu uma queda do movimento, o que pode ser constatado com a ausência de bibliografia sobre o assunto. E análises sobre o tema assinalavam problemas referentes a viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil.

Surge no mundo e no Brasil na década de 1980 a AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), uma doença que fez ressurgir/restaurar a homofobia que estava oculta na sociedade. Isso fez com que ativasse ainda mais o preconceito que já tinham sido apresentados por alguns setores sociais. “*A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados.*” (LOURO, 2001, p.545). Nesta perspectiva:

Isso fez o movimento homossexual enfraquecer e na década de 1990 ele reaparece, sendo possível perceber que ele sobreviveu ao advento da AIDS, que gerou para o movimento o estreitamento das relações com o Estado.

Assim, o movimento se sobressaiu na mídia e passou a participar dos movimentos de direitos humanos, se atrelando a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas. Agia acoplado a parlamentares com proposição de projetos de lei em níveis federais, estadual e municipal e outros (FACCHINI, 2003).

Nessa década também passaram a existir mais grupos que lutavam pelo mesmo objetivo e isso ficou registrado nos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual Brasileiro. Foram promovidos 9 encontros entre os anos de 1980 e 1997. Os Estados que reuniram esses grupos foram São Paulo (3 encontros), Rio de Janeiro (2 encontros), Bahia, Sergipe, Paraná e Recife (1 encontro cada). Em 1980, as quantidades de grupos não ultrapassavam 6. Os anos em que houve mais formação de grupos foram 1995, com 84 grupos, e 1997, com 52 grupos. Em 1995,



no encontro de Curitiba, nasce a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Além do aumento de grupos do movimento homossexual, foi possível observar, segundo relato de Facchini (2003), que os grupos estavam mais articulados com a mídia, agências estatais ligadas aos temas da justiça e saúde e parlamentares.

Nessa perspectiva, esses dois movimentos, o feminista e o homossexual, tinham demandas em comum e foi a partir dessa interseção entre os feminismos radicais e militantes homossexuais descontentes com os rumos e as análises restritas ao modelo identitários que surgiu a teoria Queer.

### **Queering: Políticas pós identitárias**

Na década de 1980, as feministas negras “começaram a criticar o caráter branco, de classe média e ocidental do feminismo anterior. Em movimento similar e articulado, o movimento homossexual e o feminista passaram a ser questionados por aqueles que viriam a ser conhecidos como *queer*.” (MISKOLCI, 2012).

A busca das feministas por dispositivos ou medicamentos de modo a prevenir ou reduzir a disposição de uma mulher a engravidar, privilegiando questões sobre os prazeres, dos negros contra práticas racistas discriminatórias e dos dissidentes da heterossexualidade contra a medicina, a psicologia do ego, a psicanálises, o direito e a igreja, que os reduziam a patologias, crimes e pecados, tinham objetivos em comum. O movimento Queer surge nesses momentos tentando desatrelar as sexualidades da reprodução e destacando a acuidade dos prazeres.

A palavra Queer em sua origem significava um xingamento, um insulto e tem origem inglesa, sendo:

(...) conhecida sua utilização como antônimo de ‘straight’ ou ‘respectable’ desde finais de século XVI, sendo a apropriação positiva desse termo por parte de comunidades de homens homossexuais documentada pela primeira vez na década de 1910. Já o termo “teoria queer”, como é bem sabido, foi cunhado em 1991 por Teresa de Lauretis. (CORDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2008, p.694).

Queer pode referir-se a pessoas de sexos masculinos ou femininos e por extensão a todas e quaisquer combinações de gênero e dicotomias de gênero que podemos imaginar ou articular na prática cotidiana de comunidades marginalizadas pela heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). Queer é mais do que a soma de gays e lésbicas, inclui também





outras figuras identitárias construídas nos espaços marginais, tais como transexuais, transgêneros, bissexuais, etc. e suas interfaces com classe, raça, etnia, nacionalidades etc. (CORDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2008, p.22; SEDGWICK, 2007).

Muitas vezes Queer é visto como sinônimo de questões que envolvem os dissidentes da heterossexualidade. Mas sua proposta é mais complexa e ampla. Sua problemática é a da abjeção. A abjeção “*constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade.*” (MISKOLCI, 2012, p.24). Como exemplo, a pessoa com AIDS na década de 1980 carregava uma ameaça em que a coletividade exibia seu código moral.

Contudo, enquanto o movimento gay trazia em seu bojo a normalidade, adaptação às demandas sociais e a denuncia da heteronormatividade, o movimento Queer carrega a diferença, quer mudar a sociedade para que ela lhes aceite e amplie suas visões de mundo. O Queer expõe que os/as dissidentes da heterossexualidade, mesmo tendo status e ocupação um pouco mais elevada que a base da pirâmide intitulada de Gayle Rubin, não deixará de sofrer discriminação.

Assim, o movimento Queer censurava a

Emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outras, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heteroreprodutivo. O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo. (MISKOLCI, 2012, p.25).

O ponto de vista Queer nos leva a repensar a educação a partir dos conhecimentos que foram de acordo com a história subordinados, mas que podem auxiliar a repensar a sociedade, procurar ir além das iniquidades e desigualdades. Esses pontos só serão alcançados quando o binarismo for superado. Outro ponto destacado é de ir além da proteção que o movimento social denomina de pessoas LGBTTT, pois as terminações não conseguem abarcar a quantidade de pessoas que não se condizem no modelo heterossexual (MISKOLCI, 2012).

A teoria Queer indica a hibridização como possibilidade única de resistir contra as ideologias homogeneização, e neste sentido:



A hibridação é um processo controlável a partir do ponto de vista que pode ser estranho abordar a partir do nível individual. Este conceito é utilizado por hibridação, especialmente aqueles autores que desenvolveram suas teorias a partir da identidade cyborg inicialmente levantada por Donna Haraway, que desenvolve o conceito de fronteira e de transgressões tratadas como fusões e possibilidades que mais e mais pessoas se atrevem a explorar a sua filiação política. Gênero, raça e classe já não formam a base de uma unidade essencial. Gênero, raça e classe consciência são conquistas através da experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, o colonialismo, o racismo e o capitalismo. Dado estes conflitos, Haraway se recusa até mesmo a capacidade de identificar um "nós" que pode servir como um link entre os indivíduos. (PENEDO, 2008, p.4).

Já a política Queer articulada por intelectuais nos anos de 1990, passam a empregar a palavra Queer para delinear seu trabalho e seu ponto de vista teórico. Esse é um grupo diversificado no sentido de ser divergente entre si, mas mesmo assim existe aproximações significativas entre os membros do grupo. O grupo político objetiva criticar a oposição binária (heterossexual/homossexual) que molda a ordem dos desejos, dos comportamentos e relações sociais. (LOURO, 2001).

A pessoa Queer não quer que ninguém a perdoe. Ela só quer que a deixem viver em paz, pois *“a tolerância não é o que eu peço porque isso seria assumir que estamos fazendo algo que não deveria, algo que devemos pedir permissão.”* (TORRES, 2011, p.32).

### **Sistema sexo/gênero/desejo pelas pioneiras Queer**

Uma das pioneiras Queer foi Gayle Rubin (1989), que critica a visão essencialista da sexualidade. Ao expor sobre o sistema sexo/gênero, ela adverte que a organização social do sexo está baseada no gênero, ou melhor, a sociedade é guiada por diferenças de gênero (homem e mulher, masculino e feminino), fundando-se em uma heterossexualidade imposta como compulsória.

A autora afirma que há uma hierarquia das sexualidades e expressões de gêneros, e essa hierarquia regula as relações humanas e organiza todo um sistema de privilégios e desigualdades a partir de uma pirâmide erótica na sociedade, onde:

Os casais heterossexuais, ligados pelo casamento, estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Muito mais embaixo, nessa escala, estão os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maioria dos outros



heterossexuais... Casais estáveis, de lésbicas e de gays estão próximos da respeitabilidade, mas lésbicas de bares e homossexuais promíscuos estão pouco acima dos grupos que ficam na parte mais baixa da pirâmide... os transexuais, os travestis, os fetichistas, os sadomasoquistas, os trabalhadores do sexo como prostitutas e modelos pornô e, abaixo de todos os outros, aqueles cujo erotismo ultrapassa as fronteiras das gerações (RUBIN, 1989, p.12).

Fazer parte do topo da pirâmide significa adquirir status e, conseqüentemente, os benefícios e privilégios sociais, econômicos e materiais associados a eles. Quanto mais alguém se encontrar abaixo dessa hierarquização, mais sofrerá discriminação, exclusão e punição. Encontram-se na base da pirâmide os dissidentes da heterossexualidade e, por conseguinte, desprovidos de direitos e associados à abjeção. Eles são classificados, marcados e rotulados como indivíduos que não possuem uma boa sexualidade, pois se afastam do modelo imposto como ideal, asséptico e higiênico e moral.

Outra pioneira de destaque é Adrienne Rich (2010), a qual esclarece que a heterossexualidade é uma instituição política que anula o poder das mulheres na sociedade. Para ela a heteronormatividade é sustentada pela heterossexualidade compulsória que estabelece normas no qual todos os sujeitos devem ser heterossexuais ou que só existam relacionamentos heterossexuais.

Para explicar tais conceitos sobre a heterossexualidade compulsória, a autora resgata alguns teóricos como Kathleen Gough e Catharine A. Mackinnon.

Kathleen Gough destaca algumas características do poder masculino em sociedades contemporâneas e arcaicas. Mas deixa escapar algumas temáticas que só fazem reforçar o poder heterossexual e o sexismo. Neste sentido:

A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade (GOUGH APUD RICH, 2010, p.7).

Adrienne Rich (2010) faz reflexões a partir das afirmativas de Gough e acrescenta que essas são práticas que despontam e sustentam o poder masculino. Além disso, envolvem “*desde*



*a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contra força potencial vem sendo restringida.” (p.9).*

Já Catharine A. Mackinnon consegue perceber o funcionamento do capitalismo relacionado às mulheres. Ela esboça o entrecorte da economia com a heterossexualidade compulsória, considerando como é de nosso conhecimento que as mulheres no sistema capitalista possuem os menores salários se comparados aos homens. Isso não é novidade para Rich, mas o que chama a atenção no trabalho “*Sexual Harassment of working women: a case of sex discrimination*”, de Catharine A. Mackinnon, é o porquê dessa questão. Catharine A. Mackinnon consegue perceber que são as mulheres que ocupam os cargos de baixa colocação e são os empresários que não contratam mulheres para suas empresas.

Assim, outro ponto citado pela autora é “*que as mulheres não sejam somente segregadas em empregos de serviço mal pago (...), mas a própria ‘sexualização das mulheres’ faz parte do trabalho.*” (p.11). Nesta perspectiva a autora nos adverte que

... a mulher que resiste de modo mais decidido às propostas sexuais no local de trabalho é acusada de ser “seca”, não sexual ou lésbica. Isso coloca uma diferença específica entre as experiências das lésbicas e as dos homossexuais masculinos. Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (p.12).

Dando continuidade ao pioneirismo, outra referência importante para seguir a mesma linha de pensamento de Adrienne Rich (2010) são as contribuições de Monique Wittig (1992).

No estudo “*El pensamiento heterocentrado*” Monique Wittig (1992) destaca que o pensamento heterossexual carrega um caráter opressivo e absoluto à diferença entre os sexos.

A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprimem todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas (os). Para constituir uma diferença e controlá-la é preciso um ato de poder, uma vez que é essencialmente um ato normativo. Todos tentam mostrar o outro como diferente, mas nem todos conseguem ter sucesso a fazê-lo (p.7).

Nessa perspectiva, as pessoas não devem se basear nos sistemas binários e se classificarem como homens/mulheres, negros/brancos e outros, pois se assim o fizerem só



estarão dando manutenção ao sistema heterossexual que só faz excluir, segregar e classificar as diferenças.

Judith Butler também faz parte desse quadro de pioneiras. Ela “*ao mesmo tempo que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito do sexo, sexualidade, gênero ... as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo*” (LOURO, 2011).

Na atualidade podemos encontrar Donna Haraway que desenvolveu a teoria do ciborgue que é um organismo híbrido, uma criatura fruto da realidade social e da ficção. O significado de realidade social para a autora é de relações sociais vividas, de uma construção política e de uma ficção com possibilidade de mudar o mundo (HARAWAY, 2000, p.36).

De modo complementar, Beatriz Preciado, faz uma crítica ao feminismo dizendo que a categoria gênero não foi uma invenção do feminismo, pois já havia sido mencionada em estudos anteriores. Ela também é responsável por apresentar a utilização do gênero na medicina e antropologia (TEIXEIRA-FILHO, 2013).

No Brasil o primeiro texto que trouxe como temática a teoria Queer foi o da autora já mencionada anteriormente no decorrer do trabalho, que foi Guacira Lopes Louro.

### **Considerações Finais**

Neste artigo trabalhamos com uma breve contribuição do feminismo, do movimento homossexual e do movimento Queer para os dissidentes da heterossexualidade. Concluimos que são várias contribuições. E que os movimentos sociais mencionados no texto (feminismo, movimento homossexual e teoria Queer) possuem um ponto de interseção, a luta pelo reconhecimento de direitos, pela visibilidade estética e política das expressões sexuais e de gêneros e suas interfaces com outros marcadores sociais, tais como, classe, raça/cor, etnias, nacionalidades e outros.

Nesse movimento foi possível destacar que a submissão das mulheres aos homens vinha de sociedades antigas, sendo elas que influenciaram o pensamento ocidental. As mulheres dessas sociedades ocupavam lugar secundário em relação ao homem e a finalidade do casamento era somente a procriação e manutenção da família patriarcal, burguesa e servil. Hoje é possível observar que apesar de ainda existirem mulheres prisioneiras de seus lares e de seus algozes, muitas conseguiram deixar de ser propriedade dos maridos, se inseriram no mercado de trabalho e passaram a possuir acesso a educação e cada vez mais ocupam posições acadêmicas, sociais e políticas.



O movimento social, filosófico e político denominado Feminismo contribuiu não somente para garantir as mulheres o direito à sua autonomia, à integridade de seus corpos, proteção contra as violências sexuais e domésticas, o assédio sexual tanto público quanto privado, estupro, direitos trabalhistas, licença-maternidade e salários iguais. O movimento trouxe também a discussão da questão de gênero pela primeira vez e assim garantiu a visibilidade que os/as dissidentes da heterossexualidade estão conquistando junto a outros movimentos sociais e emancipatórios nas décadas de 1960 e 1970, e que se atualizam nas lutas contemporâneas.

Sobre o movimento homossexual, foi possível observar que suas lutas não foram em vão. Lutavam contra o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico. Ou seja, lutaram para deixarem de pertencer a uma categoria marginalizada, lutaram para não serem mais estigmatizados pela medicina, pedagogia, psicologia, escola e por boa parte da sociedade. Graças ao movimento homossexual ocorreu a despatologização de gays e lésbicas, sendo essa não atingindo travestis, e transexuais, pois os últimos ainda são tratados pela medicina como “doentes”. Mesmo diante da insistência biomédica e psicológica de manter as travestis e transexuais aprisionados aos marcadores patológicos, atualmente muitos movimentos estão em transito, como é o caso do reconhecimento das identidades de gêneros por parte de muitos países e de instituições públicas e privadas no Brasil, assim como, o movimento de despatologização das transexualidades.

O movimento Queer vem a cada dia lutando pela busca da não abjeção das pessoas dissidentes. Não querem que o mundo seja dividido entre homossexuais e heterossexuais (binarismo). Está a todo o momento nos chamando atenção para a repressão, pois as pessoas dissidentes desejam a liberdade, estão cansadas de serem oprimidas pelo poder e pela norma heterossexual.

E por fim, o sistema sexo/gênero/desejo trouxe e a cada dia vem trazendo discussões que nos fazem refletir e criticar modelos essencialistas, ou seja, se preocupam em desnaturalizar o sexo e descolá-lo do gênero e este da orientação sexual. Vivemos em uma sociedade heterossexual compulsória. Nela, boa parte dos indivíduos cresce vivenciando a heterossexualidade como modelo universal absoluto e aprendem a rejeitar os erotismos dissidentes e as dissidências de gêneros. Esse modelo histórico de que só existem dois sexos fixos no qual todos os pensamentos giram entorno do binarismo sedentário pênis/vagina, homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, branco/negro, pobre/rico e outros, necessita urgentemente ser rompido e resignificado.





## Referências

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Ed. Abril cultural : Brasiliense, 2007.
- CONDE, M. C. F. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2004.
- CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. Transterritorializações do queer no Estado espanhol. De políticas e teorias inapropriáveis. In: \_\_\_\_\_. **Teoria queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas**. Florianópolis, 16 (2): 691-713, 2008.
- FACCHINI, R. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cad. AEL, V. 10, n. 18/19, 2003.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GARCIA, C.C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Ed. Claridade, 2011.
- HARAWAY, D. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (org.). **Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000. 37 – 129 p.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v.9, n.2, p.541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em 18 jan. 2014.
- LOURO, G. L. **A emergência do gênero**. In: **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes. 2012.
- LIMA, M. A. A. **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. Cronos: (Pedro Leopoldo) Pedro Leopoldo/ MG, n. 3, p.21-30, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica Editora. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. 2012
- PENEDO, S. L. **El labirinto queer**. La identidade em tempos de neoliberalismo. Barcelona, Editora: Egales, 2008.
- RIBEIRO, D. **Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT**. In: Org: Leandro Colling. **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, n. 5, 2010, pp. 17-44.
- RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidade. Tradução Julio Velasco e Maria Angeles Toda. In: Vance, C. s. (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidade feminina*. Madrid: Talasa Ediciones, 1989.
- SANTOS, S. L. O movimento homossexual no Brasil e a política de enunciação social das homossexualidades: uma reflexão sociológica. In: **VI congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH**, 2012.
- SILVA, L. S. **Institucionalização e modulação do movimento LGBT**: políticas, planos e programas. s/d.
- SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. *Cadernos PAGU*, n.28, jan-jun, 2007, p.19-54.
- SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TEIXEIRA FILHO, F. S. (2013) **Psicologia e teoria queer: das identidades aos devires**. São Paulo: SP, Universidade Estadual Paulista. (Tese de Livre Docência).
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed.6. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- TOLEDO, L. G. **“Será que eu tô gostando de mulher?”: Tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. (Tese de Doutorado em Psicologia), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2013.
- TORRES, D. J. **Pornoterrorismo**. San Isidro: Txalaparta, 2011